

CONTRATO Nº 21/088-01 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA-PRODEB**, sociedade de economia mista, com sede nesta Capital na Avenida Quatro, Nº 410 - Centro Administrativo da Bahia, inscrita no CNPJ sob o Nº 13.579.586/0001-32, neste ato representada pelos seus Diretores Executivo e de Desenvolvimento e Integração de Soluções, respectivamente, Srs. José Muniz Rebouças e Makoto Koshima, doravante denominada simplesmente **PRODEB**, e a **LIMPSERV CONSERVACAO E LIMPEZA DE IMOVEIS EIRELI**, com sede na Rua Leopoldo Miguez, nº 24, Terreo, sala 01, Stiep, Salvador /Bahia - CEP.: 41.770-660, inscrita no CNPJ sob Nº 11.372.408/0001-00, legalmente representada, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** com respaldo no rito similar ao Pregão Eletrônico nº 004/2022 de que trata o Processo Administrativo SEI nº 065.10933.2021.0014269-11, celebram o presente contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da PRODEB, aprovado pelo CAD em 29/06/2018, e subsidiariamente, pelas Leis nºs 8.666/93, 9.433/2005, 10.520/2002, bem como pelas Leis Complementares nºs 123/2006 e suas alterações, dos Decretos Estaduais nº 18.471 de 29 de junho de 2018 e nº 19.896 de 05 de agosto de 2020 e demais legislações pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

O presente ajuste – na forma do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB, aprovado pelo CAD em 29/06/2018, decorre do Pregão Eletrônico nº 004/2022, devidamente homologado em 14/07/2022 pela Diretoria Executiva da CONTRATANTE (DOC. SEI nº 00050476864), tudo constante do Processo Administrativo SEI nº 065.10933.2021.0014269-11, que fica fazendo parte integrante do presente contrato, regendo-o no que for omissivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção de prédio e área pública, com disponibilização de postos de artífice e auxiliar de serviços gerais I, conforme descrições, quantitativos, especificações e anexos constantes na Requisição de Compras nº 020320, no Termo de Referência que constitui o **ANEXO I**, com as demais condições previstas neste contrato e na Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA que constitui o **ANEXO II**.

§1º O objeto deste contrato deverá ser executado de acordo com o Termo de Referência (DOC. SEI 00044588483), parte integrante deste Contrato.

§2º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando a CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros, sob pena da incidência das consequências previstas na alínea “f”, da Cláusula Décima Sétima deste instrumento.

§3º Os serviços objeto deste contrato não podem sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados/prepostos da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.

CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO

O prazo de vigência do contrato inicia-se da sua assinatura e será de 12 (doze) meses, ficando a sua eficácia condicionada à publicação do extrato na imprensa oficial, admitindo-se a sua prorrogação nos termos e condições dos artigos 71 e 81 da Lei nº 13.303/2016, com correspondência nos artigos 164 do RLC/PRODEB, e demais normas concernentes à matéria, dando-se este como encerrado com alcance da sua data final ou com a conclusão dos Processos Administrativos para contratação dos serviços que estarão a cargo da Coordenação de Serviços Compartilhados do CAB, que se encontram em tramitação na Secretaria de Administração do Estado da Bahia, o que ocorrer primeiro, **conforme previsto no item 11 do Termo de Referência**.

§1º A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas.

§2º A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada através de termo aditivo, devendo o pedido ser realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do termo final do contrato, conforme prescreve o art. 187, Parágrafo único do Regulamento de Licitações e Contratos - RLC da PRODEB.

§3º O prazo de que trata o caput desta cláusula, poderá ser suspenso, caso ocorra as situações adiante relacionadas:

- a) paralisação da execução do objeto determinada pela CONTRATANTE, por motivo não imputável à CONTRATADA;
- b) motivo de força maior.

§4º Não será admitida a prorrogação de contratos que contemplem preços com valores superiores aos preços unitários máximos definidos pela SAEB.

§5º As obrigações protraídas para além do termo final do contrato não induzem sua prorrogação, sendo o contrato considerado extinto nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da PRODEB, devendo o CONTRATANTE prosseguir com as medidas necessárias à comprovação, pela CONTRATADA, do cumprimento de obrigações eventualmente remanescentes.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços descritos na CLÁUSULA SEGUNDA do presente instrumento, os valores abaixo especificados, conforme proposta da CONTRATADA datada de 14/04/2022, acostada ao Processo Administrativo SEI nº 065.10933.2021.0014269-11, ora passando a integrar o ANEXO II deste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO (A)	PREÇO UNITÁRIO (B)	PREÇO TOTAL (AxB)
1	MANUTENÇÃO DE PRÉDIO E ÁREA PÚBLICA, Posto de ARTÍFICE, 44 Horas Semanais.	03	4.278,93	12.836,79
2	MANUTENÇÃO DE PRÉDIO E ÁREA PÚBLICA, Posto de Auxiliar de Serviços Gerais I, 44 Horas Semanais.	03	3.002,70	9.008,10
VALOR TOTAL DO LOTE (MENSAL)				RS 21.844,89
VALOR TOTAL DO LOTE (GLOBAL)				RS 262.138,68
Prazo de Validade da Proposta				60 (sessenta) dias

§ 1º Estima-se para o contrato o valor global de R\$ 262.138,68 (duzentos e sessenta e dois mil cento e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos)

§2º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações, não cabendo quaisquer reivindicações desta à título de revisão de preço ou reembolso, seja a que título for, salvo àquelas presentes no § 4º do art. 81 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da CONTRATANTE, conforme detalhado a seguir:

CENTRO DE CUSTO	FONTE	CONTA ORÇAMENTÁRIA
COAMP	Recursos Próprios	511103060005-SERV MANUT E CONSERVACAO BENS IMOVEIS

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

Em consonância com o §1º do art. 207 do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB, os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, observada a ordem cronológica de apresentação das faturas aptas ao pagamento, **nas condições estabelecidas no item 13 do Termo de Referência** e nos prazos adiante relacionados, contados da apresentação da fatura:

- a) até R\$ 50.000,00 o pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias;
- b) de R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00 o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias;
- c) acima de R\$ 100.000,01 o pagamento será efetuado em até 45 (quarenta e cinco) dias.

§1º A(s) nota(s) fisca(l)is/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, atestada pelo Gestor e Fiscal do contrato, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado, acompanhadas no que couber dos documentos abaixo relacionados:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- b) prova de Regularidade com a Fazenda Federal (Dívida Ativa da União e Receita Federal), Estadual e Municipal do domicílio da CONTRATADA;

b.1. As empresas sediadas fora do Território da Bahia deverão apresentar, com a certidão de regularidade do seu Estado de origem, a certidão de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia.

- c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

d) certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (referente ao INSS) do(s) município(s) onde as obras ou serviços venham a ser prestados ou executados;

e) guia de recolhimento do ISS quitada relativa à fatura, devidamente homologada pela Secretaria de Finanças do(s) município(s) onde se realizará a obra ou serviços, exceto para o município de Salvador;

e.1. A guia de que trata esta alínea deverá identificar o número da Nota Fiscal a que o recolhimento se refere;

e.2. Os municípios onde os serviços/obras são executados deverão ser informados na Nota Fiscal, bem como o percentual do serviço/obra executado em cada um, de acordo com relatório emitido pelo Fiscal do serviço/obra;

e.3. A retenção e o recolhimento do ISS para o município de Salvador, caso haja, serão realizados pela CONTRATANTE

§2º Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.

§3º A CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente, e ainda de eventuais multas conforme previsto no § 7º, da Cláusula Décima Terceira deste instrumento.

§4º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(o) estar acompanhadas da documentação probatória pertinente, relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a obrigação.

§5º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

§6º As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica ou o respectivo DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica).

§7º A CONTRATANTE não receberá qualquer objeto da contratação que não esteja acompanhada do respectivo documento fiscal, na sua forma eletrônica, ou do respectivo DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica) e de todos os documentos necessários a instrução do pagamento, previstos neste instrumento.

§8º Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigo.

§9º É responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre o objeto deste contrato, inclusive emolumentos e seguros, ficando excluída qualquer solidariedade da CONTRATANTE por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da CONTRATADA não se transfere à CONTRATANTE.

§10º A CONTRATANTE, quando fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar, os tributos que seja obrigada a reter, conforme legislação vigente.

§11º A CONTRATADA deverá cumprir todas as Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho, sem ônus para a CONTRATANTE.

§12º A atualização monetária dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

§13º Será retido, mensalmente, do valor faturado pela CONTRATADA, percentual concernente as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, abono de férias, décimo terceiro salário, multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários, sociais e FGTS sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário, e depositado em conta vinculada a este contrato, bloqueada para movimentação, aberta no Banco do Brasil, observadas as disposições da Lei nº 12.949/2014, do Decreto nº 15.219/2014, da Instrução SAEB/SEFAZ nº 001/2015, e ainda ao que se segue:

I - O percentual, calculado considerando os preços unitários apresentados na proposta, e a metodologia definida pela Portaria SAEB nº 976, de 09 de junho de 2015 e incidirá sobre o valor mensal das faturas;

II - Havendo alterações quantitativas ou qualitativas do contrato, revisões ou reajustes de preços, deverá ser atualizado o percentual de retenção.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA

A garantia contratual será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo recair sobre qualquer das modalidades previstas no § 1º do artigo 162, do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB.

§1º Sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, a prova da garantia, deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data da assinatura deste contrato, sem o que fica vedada, em qualquer caso, a realização do pagamento.

§2º A garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais e pelas multas impostas, independentemente de outras cominações legais, com validade durante toda a execução do contrato e até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, na forma prescrita no art. 162, inciso II, alíneas “a” a “d”, do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da CONTRATANTE.

§3º A CONTRATADA ficará obrigada a repor o valor da garantia quando esta for utilizada, bem como a atualizar o seu valor nas mesmas condições do contrato.

§4º No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

§5º A CONTRATADA deverá atualizar a garantia sempre que houver alteração contratual, no mesmo prazo deferido para a comprovação da garantia originária, visando assegurar a cobertura das modificações procedidas.

§6º Será recusada a garantia que não atender às especificações, sendo facultada à CONTRATADA apresentar caução em dinheiro, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da notificação da recusa pela CONTRATANTE.

§7º A inobservância dos prazos fixados nesta Cláusula para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato.

§8º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação da garantia por parte da CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE adotar as seguintes providências:

- a) promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas obrigações;
- b) reter o valor da garantia dos pagamentos eventualmente devidos a CONTRATADA até que a garantia seja apresentada.

§9º A garantia será extinta nas hipóteses indicadas no art. 163, incisos I, II e III, §§ 1º e 2º do Regulamento de Licitações e Contratos da PRODEB.

§10º A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período adicional de 03 (três) meses, contado do termo final de vigência do contrato, o qual deve ser sempre contemplado na hipótese de prorrogação.

§11º A devolução da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto do contrato, com a demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações pactuadas.

§12º São requisitos para a liberação da garantia:

I - a apresentação, ao final do contrato, dos seguintes documentos:

- a) relatório circunstanciado da situação trabalhista de todos os empregados vinculados ao contrato, devidamente assinada pelo representante legal da contratada;
- b) cópias dos termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados terceirizados, devidamente homologados, quando exigível pela legislação trabalhista, acompanhadas dos originais para conferência no local de recebimento;
- c) cópias das Guias de Recolhimento Rescisório do FGTS - GRRF, que deverão consignar o recolhimento da multa rescisória respectiva, nos casos de despedida sem justa causa, quando exigível pela legislação trabalhista, acompanhadas dos originais para conferência no local de recebimento.

II - A comprovação, pela contratada, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término do contrato, do cumprimento das obrigações contratuais, inclusive dos débitos trabalhistas e previdenciários.

§13º Não havendo comprovação do pagamento dos débitos trabalhistas e previdenciários no prazo assinalado no inciso II do §10, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento diretamente pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os preços são fixos e irreajustáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE, conforme orientações traçadas no art. 180 do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB, observada a seguinte fórmula:

$$\text{Novo Preço} = (\alpha \cdot \Delta \text{ Remuneratório} + \beta \cdot \Delta \text{INPC} + 1) \cdot \text{Po}$$

Onde:

- a) **Novo Preço** = Preço a ser praticado a partir da data da majoração;
- b) **α (Coeficiente Alfa)** = Peso correspondente às parcelas de natureza pessoal, inclusive Encargos Sociais, em relação ao Custo Direto;
- c) **Δ Remuneratório** = Variação obtida pela categoria profissional em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, referente a salário e verbas conexas;
- d) **β (Coeficiente Beta)** = Peso correspondente aos insumos, em relação ao Custo Direto;
- e) **Δ INPC** = Variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor do IBGE, verificada dentro da periodicidade permitida em lei federal considerada a partir da data da apresentação da proposta;
- f) **Po** = Preço original contratado ou Novo Preço calculado no último reajustamento
- g) **Coeficientes alfa e beta:**

Posto de _____
alfa ____% (____ por cento)
beta ____% (____ por cento)

§1º A revisão de preços, nos termos do art. 182 do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria CONTRATANTE quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

§2º O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela CONTRATADA no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei 10.406/02.

§3º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

§4º Os preços contratuais não serão reajustados em caso de atrasos verificados e não justificados por parte da CONTRATADA que influenciem no prazo contratual ou cujas justificativas não forem aceitas pela CONTRATANTE.

§5º Os reajustes, repactuações e revisões que não forem solicitadas durante a vigência do ajuste serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação ou renovação ou com o encerramento deste contrato.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA**, além das determinações contidas nos **ANEXOS I e II** do presente instrumento, em especial as constantes no **item 9 do Termo de Referência**, que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, inclusive para atendimento de emergência, bem como para zelar pela prestação contínua e ininterrupta dos serviços, bem como, dentre os que permaneçam no local do trabalho, um que será o responsável pelo bom andamento dos serviços e que possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;
- b) executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações ou recomendações efetuadas pela CONTRATANTE;
- c) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;
- d) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- e) comunicar a CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- f) atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para a CONTRATANTE;
- g) respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes na CONTRATANTE, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;
- h) reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo que for determinado, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando as instalações na mais perfeita condição de funcionamento;
- i) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado a CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- j) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- l) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados;
- m) respeitar todas as obrigações consignadas no Termo de Referência que constitui o **ANEXO I** deste Contrato, independentemente de transcrição;
- n) comprovar o fornecimento de vale transporte e alimentação aos seus empregados, bem como o pagamento de salários, recolhimento das Contribuições Sociais e Previdenciárias (INSS, FGTS e PIS), sob pena de, em caso de recusa ou falta de exibição dos mesmos, inclusive da folha de pagamento, ser susgado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas até o cumprimento desta obrigação;
- o) fornecer o fardamento padrão, nas quantidades previstas, bem como todo e qualquer material necessário ao bom desempenho do serviço ou fornecimentos exigidos no instrumento convocatório, visando à perfeita execução do contrato;
- p) alocar durante todo o período de execução do objeto a equipe técnica mínima exigida no instrumento convocatório, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo CONTRATANTE.

§1º Para fins de comprovação do cumprimento das obrigações contratuais relativas à regularidade trabalhista, previdenciária e social, a CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, os seguintes documentos: [NOTA: item 14 da IN SAEB 14/14 com a redação da IN SAEB 15/15]

I - para fins de pagamento da remuneração mensal: folha de pagamento e comprovante de transferência bancária, caso o valor da transferência bancária seja exatamente igual ao previsto em folha de pagamento, e, na hipótese de divergência de valores, cópia do contracheque devidamente datado que comprove que o valor depositado corresponde às parcelas mensais devidas ao empregado;

II - para fins de pagamento de transporte e alimentação: planilha contendo a identificação do empregado e do mês de referência, com descritivo do quantitativo e valor do benefício concedido, devidamente datado e [prova de recebimento pelo empregado], ou comprovante de pagamento de créditos a instituições específicas de concessão de tais benefícios, com identificação do valor creditado e o beneficiário;

III- para fins de pagamento dos planos de saúde e odontológico: planilhas, elaboradas pelos prestadores dos respectivos planos, contendo a identificação do beneficiário, com descritivo do valor e do mês de referência, acompanhadas do demonstrativo de pagamento de créditos a instituições específicas de concessão de tais benefícios;

IV - para fins de recolhimento de INSS e FGTS: relatório de Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP e respectivas Guias de Pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

I- fornecer a **CONTRATADA** os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato;

II- realizar o pagamento pela execução do contrato;

III-proceder à publicação resumida do instrumento de contrato, de seus aditamentos e apostilamentos na imprensa oficial e no sítio eletrônico da PRODEB no prazo legal;

IV- disponibilizar, em sua sede, os equipamentos e materiais necessários para uso dos colaboradores da **CONTRATADA**;

V-liberar senhas de acesso para que os colaboradores da **CONTRATADA** utilizem a rede interna e externa, quando for o caso;

VI-comunicar qualquer irregularidade identificada durante a execução das atividades, possibilitando a pronta regularização da situação por parte da **CONTRATADA**;

VII- cumprir pontualmente com o compromisso financeiro assumido neste contrato nos prazos e condições ajustados na Cláusula Sexta deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato é de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

§1º A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

§2º A **CONTRATADA** deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

§3º A **CONTRATADA** não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

§4º A **CONTRATADA** não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

a) A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer apenas a informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

§5º A **CONTRATADA** fica obrigada a excluir ou devolver, a critério da contratante, todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

a) À **CONTRATADA** não será permitido deter cópias ou *backups*, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

b) A **CONTRATADA** deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja mais necessidade de realizar seu tratamento.

§6º A **CONTRATADA** deverá notificar imediatamente a **CONTRATANTE** em caso de vazamento ou perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

a) A notificação não eximirá A **CONTRATADA** das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

§7º A **CONTRATADA** que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

§8º A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

§9º O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre A CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre A CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

§10º O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará A CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá a CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma dos artigos 190 a 206 do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorre com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem, assim como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança.

§2º Cumprida a obrigação pela CONTRATADA, caberá a CONTRATANTE, proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o artigo 191, inc. XII, do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB.

§3º O recebimento do objeto se dará segundo o disposto nos artigos 201 a 205 do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB, observando-se os seguintes prazos, se **outros não houverem sido fixados nos ANEXOS do presente contrato**.

- a) se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;
- b) quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.

§4º O recebimento definitivo do objeto contratado, cujo valor seja superior ao dobro do valor estabelecido no inciso II do artigo 34 do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

§5º A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, qualquer proposição de serviços/obras/bens em desconformidade com as especificações constantes do Termo de Referência ou Projeto Básico e das disposições previstas neste Contrato.

§6º Esgotado o prazo total para conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação da CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para todos os efeitos.

§7º Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento, acompanhada dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista.

§8º Fica indicado como Gestor do presente contrato o Senhor Paulo José Barbosa dos Santos, Titular da Coordenação Administrativa de Materiais e Patrimônio - COAMP, matrícula nº 65003001-9, e como Fiscal o Sr. Eduardo Azi de Aguiar, Consultor da Coordenação Administrativa de Materiais e Patrimônio - COAMP, matrícula nº 92000898.

§9º A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos representantes da CONTRATANTE especialmente designados no parágrafo antecedente.

§10º Os representantes da CONTRATANTE anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§11º As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção de medidas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PENA DE MULTA

A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, ensejará a aplicação da pena de multa prevista no artigo 211, inc. II, do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB, observados os parâmetros estabelecidos nesta cláusula, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato (artigo 209 do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB), a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas no citado RLC, bem como na Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

§2º Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento, da obra ou do serviço já realizado.

§3º Em caso de atraso no cumprimento da obrigação principal, será aplicado o percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento, da obra ou do serviço em mora.

§4º Na hipótese do parágrafo anterior, se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no RLC e na lei.

§5º Na hipótese de a CONTRATADA se negar a efetuar o reforço da garantia, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

§6º As multas previstas nestes parágrafos não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§7º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da CONTRATADA faltosa, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à CONTRATANTE se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta, conforme artigo 207, § 11, do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OUTRAS PENALIDADES

Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

§1º A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CONTRATANTE, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

§2º A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CONTRATANTE ou aplicação de multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme o caso.

§3º Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a CONTRATANTE e a reincidência na prática do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

Poderá haver alteração contratual, mediante acordo formal entre as partes, nos seguintes casos:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB;
- c) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- d) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais **originários**;
- e) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§1º A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste ajuste, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

§2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no §1º desta cláusula, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

§3º A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§4º Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a CONTRATANTE deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, desde que devidamente justificado.

§5º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto neste contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por apostila, dispensada a celebração de aditamento.

§6º É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na matriz de risco como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RESCISÃO

Constituem motivos que autorizam a CONTRATANTE exercer o direito de resolução deste contrato, independentemente de provimento judicial ou extrajudicial nesse sentido:

- a) descumprimento total ou parcial de obrigações pela CONTRATADA;
- b) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, se, a juízo da CONTRATANTE, prejudicar a execução do ajuste;
- c) retardamento injustificado do início da execução deste contrato pela CONTRATADA;
- d) mora na execução deste contrato, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do objeto deste contrato, nos prazos pactuados;
- e) paralisação, total ou parcial, da execução do objeto contratado sem justa causa previamente comunicada à CONTRATANTE;
- f) subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial deste contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não admitidas por este contrato;
- g) desatendimento reiterado às determinações regulares do Gestor e Fiscais deste contrato;
- h) cometimento reiterado de faltas na execução contratual, anotadas pelo Gestor e Fiscais deste contrato;
- i) falta de integralização da garantia contratual nos prazos estipulados;
- j) descumprimento da vedação de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- k) superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração;
- l) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- m) declaração de falência ou instauração da insolvência civil;
- n) dissolução da sociedade ou falecimento da CONTRATADA;
- o) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- p) impossibilidade de alteração do valor do contrato por recusa da CONTRATADA quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no contrato;
- q) quando a CONTRATADA for envolvida em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação da área de compliance da CONTRATANTE;
- r) quando a CONTRATADA não manter as condições de habilitação e qualificação durante a execução deste contrato

§1º As hipóteses de resolução contratual previstas nesta cláusula devem ser formalmente motivadas em processo administrativo pela CONTRATANTE na forma das orientações traçadas na Lei nº 12.209/2011, sendo assegurada à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa prévios.

§2º Quando a resolução deste contrato ocorrer por ato unilateral da CONTRATANTE, acarretará as consequências previstas no artigo 209, §2º, do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato e no citado RLC.

§3º Quando a resolução do contrato ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados, e ainda terá direito a:

- a) devolução da garantia, se houver;
- b) pagamentos devidos pela execução deste contrato até a data da rescisão;
- c) pagamento do custo da desmobilização, se houver, hipótese em que deve ser requerido e devidamente comprovado pela CONTRATADA.

§4º A extinção deste contrato poderá ocorrer nas formas previstas no artigo 208 do Regulamento de Licitações e Contratos – RLC da PRODEB.

§5º Quando não houver a comprovação pela CONTRATADA do efetivo cumprimento das obrigações fiscais, sociais, trabalhistas e/ou previdenciárias, a CONTRATANTE reterá, cautelarmente, o valor correspondente ao montante resultante dos valores relativos às obrigações que possam ensejar eventual responsabilidade solidária e/ou subsidiária.

§6º Na hipótese de inadimplemento da CONTRATADA relativamente aos salários dos seus empregados vinculados ao contrato, será esta notificada, no primeiro dia de atraso do pagamento dos salários dos empregados vinculados ao contrato, para que adote as providências para a regularização, em até 48 horas, sob pena de utilização do seu crédito decorrente do contrato respectivo para adimplemento de tal parcela.

§7º Constatado, no prazo de 72 horas após o quinto dia útil do mês, não ter sido promovida a regularização, a CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a proceder ao pagamento direto aos referidos empregados, utilizando, para tanto, o valor devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, obrigando-se a fornecer a folha de pagamento respectiva.

§8º Considera-se valor devido para os fins do §5º desta cláusula, o valor do contrato, com eventual retenção cautelar ou dedução definitiva de multas, indenizações e/ou encargos de qualquer natureza.

§9º A realização de pagamento direto não caracteriza vínculo da CONTRATANTE com os empregados da CONTRATADA nem gera qualquer tipo de responsabilidade direta da CONTRATANTE relativamente aos créditos que tais empregados possuam face à CONTRATADA.

§10º No caso de inadimplemento da CONTRATADA em relação ao FGTS e INSS relativos aos seus empregados vinculados ao CONTRATO, a CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter a quantia equivalente dos créditos que possui junto a CONTRATANTE, os quais somente serão liberados após a comprovação do efetivo recolhimento, pela CONTRATADA, das parcelas correspondentes, sem prejuízo das demais condicionantes legais a tanto necessárias.

§11º Extinto o contrato e após a devida comprovação, pela CONTRATADA, do cumprimento das obrigações e quitação de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários correspondentes, o saldo remanescente, inclusive o da conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, acaso existente, será liberado em favor da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – MATRIZ DE RISCO

Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no **ANEXO III – MATRIZ DE RISCO** deste contrato, a CONTRATADA deverá, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, informar a CONTRATANTE sobre o ocorrido, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

- a) detalhamento do evento ocorrido, incluindo a sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b) as medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) as medidas que irá adotar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) as obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e
- e) demais esclarecimentos e informações relevantes.

§1º Após a notificação da CONTRATADA da ocorrência de que trata esta cláusula, a CONTRATANTE decidirá quanto ao ocorrido, podendo, para tanto, solicitar esclarecimentos adicionais a CONTRATADA. Em sua decisão a CONTRATANTE poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.

§2º A concessão de isenção aludida no §1º desta cláusula não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas neste contrato pela CONTRATANTE.

§3º O reconhecimento pela CONTRATANTE dos eventos descritos no **ANEXO III** deste contrato que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

§4º As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 24 (vinte e quatro) horas, contados da data da ocorrência do evento.

§5º Nas hipóteses indicadas no parágrafo precedente as partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

§6º As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

§7º Avaliada a gravidade do evento nas hipóteses indicadas no §4º desta cláusula, as partes, mediante acordo, decidirão quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por seguro, se houver.

§8º Este contrato poderá ser rescindido, quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos do evento foram adotadas e mesmo assim a manutenção da avença se torna impossível ou inviável nas condições existentes ou é excessivamente onerosa.

§9º As partes se comprometem a empregar e exaurir todas as medidas e ações necessárias para minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

§10º Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução deste contrato, não previstos no **ANEXO III – MATRIZ DE RISCOS**, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório, referido no preâmbulo deste instrumento, inclusive anexos e adendos, e na proposta da licitante vencedora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a CONTRATADA poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209, de 20 de abril de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014

Parágrafo único. A CONTRATADA deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Qualquer tolerância de uma das partes na exigência do cumprimento do presente contrato não constituirá novação, renúncia tácita ou extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Os seguintes documentos, na ordem adiante relacionados, constituem anexos deste contrato. Os termos deste contrato, em caso de dúvidas, prevalecerão sobre os anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – PROPOSTA DA CONTRATADA

ANEXO III – MATRIZ DE RISCOS

ANEXO IV – TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

ANEXO V – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

ANEXO VI - GARANTIA

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato.

Salvador, ____ de _____ de 2022.

Pela **CONTRATANTE/PRODEB**:

José Muniz Rebouças

Diretor Executivo

Makoto Koshima

Diretor de Desenvolvimento e Integração de Soluções

Pela **CONTRATADA**:

LIMPSEV CONSERVACAO E LIMPEZA DE IMOVEIS EIRELI

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA PROCESSO DE LICITAÇÃO

**Prestação de Serviços de Manutenção de Prédio e Área Pública, com
Disponibilização de Postos de Artífice e Auxiliar de Serviços Gerais I.**

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para a **Prestação de Serviço de Manutenção de Prédio e Área Pública, com Disponibilização de Postos de Artífice, e Auxiliar de Serviços Gerais I**, conforme descrições, quantitativos, especificações e anexos constantes nesse Termo.

1.1 Considerando que o objeto a ser licitado, pôde ser especificado com objetividade e clareza nesse Termo, sendo ofertado por diversas empresas no mercado, cuja prática é amplamente difundida na economia local, restou evidente a caracterização do serviço como de natureza comum.

2. DA JUSTIFICATIVA

A Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB não dispõe, em seu quadro de pessoal, de profissionais para executar os serviços Manutenção Predial.

Assim, tendo em vista que tais serviços têm relação direta com a manutenção das estruturas civil, hidráulica e patrimonial, tal como, são indispensáveis para o devido suporte às atividades administrativas desenvolvidas nessa Companhia, há anos a PRODEB utiliza a terceirização de mão de obra com o objetivo de suprir essa carência, sendo que, a última contratação a contemplar os postos em destaque originou-se do pregão eletrônico 018/2015, adjudicado à empresa Base Empreendimentos e Serviços Ltda., ocasião em que foi formalizado o instrumento n.º 15/058, vigente de 01/03/2016 à 22/02/2018.

Sucedeu que, o contrato 15/058, celebrado com a "BASE", foi rescindido unilateralmente em 22/02/2018, por razões que fogem ao objeto desse documento. Desse modo, para evitar solução de continuidade no serviço público, foi convocado o remanescente da licitação supracitada, empresa Vera Cruz Serviços Ltda., e assinado o contrato 18/025, com escopo idêntico e vigência em 23/02/2018.

Entretanto, uma vez que o contrato atual tem vigência extraordinária, não comportando, portanto, um novo aditamento de prazo, torna-se imperiosa a abertura de licitação para contratação de empresa visando à substituição do prestador de serviço atual.

Salientamos que nossa Diretoria Executiva, tendo em vista o contingenciamento de despesas imposto pelo Estado, e com fulcro no Inciso II do Art. 5º do Decreto 19.551/20, ponderou oportuna a supressão de 02 (dois) postos de Auxiliar de Serviços Gerais I, 44 Horas Semanais, no 4º Termo Aditivo celebrado ao Contrato nº 18/025 em março, juntado aos autos, reduzindo assim o escopo do Instrumento com o objetivo de diminuir a despesa com Manutenção Predial.

3. DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
MANUTENÇÃO DE PRÉDIO E ÁREA PÚBLICA, Posto de Artífice, 44 Horas Semanais	POSTO DE SERVIÇO	03
MANUTENÇÃO DE PRÉDIO E ÁREA PÚBLICA, Posto de ASG I, 44 Horas Semanais	POSTO DE SERVIÇO	03

Conforme Instrução Normativa SAEB n.º 019/2016, item 02 ... "O serviço terceirizado de manutenção predial consiste na manutenção e reparo das edificações e de equipamentos, visando à preservação do patrimônio, à garantia do funcionamento das instalações e à incolumidade dos que nelas trabalham ou circulam."

3.1 Os serviços devem ser executados por profissionais que possuam qualificação técnica compatível com as atividades que lhes forem incumbidas, sob inteira responsabilidade da contratada, que deve orientá-los quanto às suas obrigações e afazeres;

3.2 Os serviços devem ser executados em conformidade com as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção às pessoas, aos bens e ao meio-ambiente, pertinentes à atividade;

3.3 O Posto de Artífice - inspeciona, realiza a manutenção e o reparo de equipamentos, em consonância com normas e procedimentos técnicos pertinentes;

3.4 O Posto de Auxiliar de Serviços Gerais - executa atividades auxiliares e acessórias de manutenção e reparo em prédios públicos;

3.5 Os serviços deverão ser executados sob a inteira responsabilidade funcional e operacional da CONTRATADA, sobre cujos empregados deverá manter estrita e exclusiva fiscalização, não podendo sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;

3.6 Os serviços, objeto dessa contratação, deverão ser executados por empregados da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores, sobre os quais a mesma manterá estrito e exclusivo controle.

4. DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O serviço será prestado em Salvador, na sede da Cia de Processamento de Dados do Estado da Bahia – PRODEB, localizada na 4ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 410, e, de forma extraordinária, em seu Almoarifado localizado à Rua Carlos Brandão da Silva, S/N - Mata Escura, Estrada das Barreiras, respeitado, nessa última hipótese, o horário de expediente, conjugado com o fornecimento de transporte dos artífices e auxiliares ao local, bem como, de retorno à sede dessa Companhia, pelo contratante.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante deverá apresentar comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

6. DAS PROPOSTAS

Não serão admitidas as propostas que desobedeçam aos critérios dispostos 42, IX do Regulamento de Licitações e Contratos da PRODEB. Além disso:

6.1 As propostas precisam conter a razão social do fornecedor, telefone para contato, endereço, preposto responsável, CNPJ, além de estarem devidamente assinadas e datadas;

6.2 As propostas deverão ter o seu prazo de validade não inferior a 60 (sessenta dias) dias da sua emissão;

6.3 Deverão estar inclusas no valor das propostas, todas as despesas decorrentes da prestação do serviço, não ocorrendo qualquer custo adicional para essa Companhia;

6.4 Não serão aceitas propostas cuja descrição do objeto ofertado contenha descrição genérica "CONFORME EDITAL", "DE ACORDO COM O EDITAL", ou expressões genéricas similares que não especifiquem com exatidão o objeto ofertado, suas características e aderência ao edital.

7. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Observado o Regime de Licitações e Contratos dessa Companhia, para a pretensa contratação, **idealizada em lote único**, será realizada licitação com **RITO SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**.

7.1 Tendo um valor estimado para a contratação, acredita-se que o **MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO** conjugado com o critério de julgamento de **MENOR PREÇO**, será a configuração que permitirá à Administração obter maior economia nos preços dos postos de serviço, dada a objetividade em que se dá o certame, prazos de disputa conhecidos de antemão, além do controle sistêmico do procedimento, sem perda de qualidade na execução do objeto, considerando as exigências legais e técnicas para sua execução;

7.2 No intuito de evitar o oferecimento de lances com variação insignificante, os lances ofertados deverão observar um intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, que deverá ser R\$ 200,00 (duzentos reais);

7.3 A contratação em lote único, a despeito de se tratar do fornecimento de espécies distintas de postos de serviço, justifica-se na medida em que os mesmos estão agregados sob o conceito de **Manutenção Predial**, definido na legislação juntada aos autos, permitindo também, a obtenção, pela PRODEB, de ganhos de escala ao se realizar o procedimento licitatório para o gênero em destaque, levando em conta o quantitativo de postos a ser licitado.

7.4 Saliemos ainda, para reforçar a justificativa de contratação em lote único, que o fato de serem discriminados, nesse Termo, 02 (dois) endereços distintos para a prestação dos serviços, a presença no Almoarifado de Mata Escura ocorrerá excepcionalmente, não sendo necessário a alocação de equipe fixa no local.

7.5 A licitação deverá ser processada eletronicamente, em razão do quanto estabelecido no art. 4º VI do RLC da PRODEB.

8. DO REGIME DE EXECUÇÃO

A contratação sob o **regime de empreitada por preço unitário** revela-se adequada, pois a contratação dos postos de serviço dar-se-á por valor e prazo conhecidos de antemão.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas nesse Termo, bem como daquelas decorrentes de leis, decretos e instruções e portarias, serão observadas, na contratação derivada deste instrumento convocatório, as seguintes:

9.2 Providenciar a abertura, no Banco do Brasil, de conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da assinatura do contrato, destinada exclusivamente ao depósito de provisões disciplinadas no Decreto nº 15.219/2014;

9.3 Arcar com os custos relativos à abertura e manutenção da conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, referenciada no subitem 10.2;

9.4 Assinar, antes do início da execução do contrato, a "Autorização para Acesso do CONTRATANTE aos Saldos e Extratos da Conta Vinculada ao Contrato" e o "Termo de Autorização para Movimentação da Conta Vinculada ao Contrato", conforme modelos constantes em orientação técnica específica da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ;

9.5 Apresentar, antes do início da execução do contrato, correspondência, em papel timbrado e assinada por seu representante legal, contendo:

9.5.1 A relação dos empregados terceirizados que serão vinculados à prestação dos serviços, devidamente identificados com o nome completo, data de nascimento, inscrição no registro geral (RG) e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), função a ser exercida, situação funcional, remuneração, benefícios, horário e jornada de trabalho;

9.5.2 Os dados da sua conta corrente e a indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

9.5.3 apresentar cópia dos contratos de trabalho e registros nas CTPS da admissão dos empregados vinculados à prestação dos serviços;

9.5.4 Apresentar cópia dos atestados de saúde ocupacional dos empregados que prestarão os serviços.

9.6 Designar um preposto, de sua estrutura administrativa, permanentemente responsável pela perfeita execução dos serviços, que possa tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas, inclusive para atendimento de emergência, bem como zelar pela prestação contínua e ininterrupta dos serviços;

9.7 Efetuar o cadastramento e a atualização em ferramenta disponibilizada pela Administração Pública estadual, dos dados pertinentes aos empregados terceirizados vinculados ao contrato, e regularizar as inconformidades constatadas, no prazo fixado pelo CONTRATANTE;

9.8 Apresentar mensalmente os seguintes documentos , podendo os itens a seguir elencados serem substituídos pelo CRC, desde que comprove a correspondente regularidade:

9.8.1 Prova de Regularidade Relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.8.2 Prova de Regularidade com a Fazenda Federal (Dívida Ativa da União e Receita Federal), Estadual e Municipal do domicílio da CONTRATADA;

9.8.2.1 As empresas sediadas fora do Território da Bahia deverão apresentar, com a certidão de regularidade do seu Estado de origem, a certidão de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado da Bahia.

9.8.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.8.4 Certidão de regularidade com a Fazenda Pública Municipal (referente ao INSS) do(s) município(s) onde as obras ou serviços venham a ser prestados ou executados;

9.8.5 Comprovação de pagamento de salários, inclusive férias e 13º salário, de vale-transporte e de vale-alimentação;

9.8.6 Comprovação do recolhimento do FGTS e da contribuição social previdenciária (INSS);

9.8.7 Folha de pagamento e comprovante de transferência bancária, caso o valor da transferência bancária seja exatamente igual ao previsto em folha de pagamento, e, na hipótese de divergência de valores, cópia do contracheque devidamente datado, para fins de comprovação de pagamento de salários;

9.8.9 Planilha contendo a identificação do empregado e do mês de referência, com descritivo do quantitativo e valor do benefício concedido, devidamente datado e assinado pelos empregados ou comprovante de pagamento de créditos a instituições específicas de concessão de tais benefícios, com identificação do valor creditado e o beneficiário, para fins de comprovação de pagamento de transporte e alimentação;

9.8.10 Planilhas, elaboradas pelos prestadores dos respectivos planos, contendo a identificação do beneficiário, com descritivo do valor e do mês de referência, acompanhadas do demonstrativo de pagamento de créditos a instituições específicas de concessão de tais benefícios, para fins de comprovação de pagamento dos planos de saúde e odontológico;

9.8.11 Relatório de Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social – GFIP e Guias de Pagamento, para fins de comprovação de recolhimento de INSS e FGTS;

9.9 Instruir os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas portadoras de boa conduta e capazes de realizar os serviços contratados;

9.10 Responder pela conduta, frequência, pontualidade e assiduidade de seus empregados e efetuar as substituições daqueles que venham a se ausentar do serviço, por motivo justificado ou não, sem nenhum ônus para o CONTRATANTE, bem como comunicar a este, antecipadamente, todo e qualquer afastamento, substituição ou inclusão de qualquer um dos seus empregados vinculados à execução do contrato;

9.11 Encaminhar, quando da substituição temporária de empregado, carta de apresentação do novo empregado, em papel timbrado da empresa e assinado pelo representante legal, indicando o empregado que está sendo substituído, o prazo respectivo e o substituto, devidamente identificado com o nome completo, data de nascimento, inscrição no registro geral (RG) e no Cadastro de Pessoa Física (CPF), número e série da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou contrato de trabalho específico, função a ser exercida, situação funcional, remuneração, benefícios, horário e jornada de trabalho;

9.12 Respeitar e fazer com que seus empregados respeitem as normas de segurança do trabalho, disciplina e demais regulamentos vigentes, bem como atentar para as regras de cortesia no local onde serão executados os serviços;

9.13 Realizar regularmente os exames de saúde dos seus empregados, na forma da lei, assim como arcar com todas as despesas de transporte, alimentação, inclusive seguro de vida contra o risco de acidentes de trabalho e outras obrigações legais ou derivadas de dissídios, convenções ou acordos coletivos;

9.14 Executar os serviços de acordo com as especificações e normas exigidas, utilizando equipamentos e materiais apropriados;

9.15 Manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços;

9.16 Pagar os salários, em conta-salário, e encargos sociais devidos pela sua condição de única empregadora do pessoal designado para execução dos serviços contratados, inclusive indenizações decorrentes de acidentes de trabalho e demissões, sendo-lhe defeso invocar a existência do contrato para se eximir destas obrigações ou transferi-las para o CONTRATANTE;

9.17 Observar e cumprir fielmente a legislação trabalhista e previdenciária,

9.18 Comprovar o fornecimento de vale transporte e alimentação aos seus empregados, bem como o pagamento de salários, recolhimento das Contribuições Sociais e Previdenciárias (INSS, FGTS e PIS), sob pena de, em caso de recusa ou falta de exibição

dos mesmos, inclusive da folha de pagamento, ser sustado o pagamento de quaisquer faturas que lhes forem devidas até o cumprimento desta obrigação;

9.19 Fornecer o fardamento padrão, nas quantidades previstas, bem como todo e qualquer material necessário ao bom desempenho do serviço ou fornecimentos exigidos no instrumento convocatório, visando à perfeita execução do contrato;

9.20 Apresentar cópia autenticada da quitação da rescisão contratual dos empregados demitidos, dentro do prazo de 30 (trinta) dias corridos, recolhendo de imediato a identificação (crachá) dos mesmos;

9.21 Zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem indicadas pelo CONTRATANTE, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o contrato;

9.22 Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anomalia que interfira no bom andamento dos serviços;

9.23 Reparar, repor ou restituir, nas mesmas condições e especificações, dentro do prazo determinado pelo CONTRATANTE, os equipamentos e utensílios eventualmente recebidos para uso nos serviços objeto deste contrato, deixando-os em perfeita condição de funcionamento;

9.24 Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, por dolo ou culpa, erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o CONTRATANTE pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.25 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.26 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;

9.27 Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar a legislação federal, estadual e municipal, relativa aos serviços prestados;

9.28 Promover por sua conta e risco o transporte dos equipamentos, materiais e utensílios necessários à execução dos serviços objeto do contrato;

9.29 Manter atualizados os seus dados cadastrais, com a apresentação de documentos comprobatórios de mudança de endereços, telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;

9.30 Efetuar a cada três meses de vigência do contrato, a conferência e conciliação da conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, juntamente com o servidor designado pelo CONTRATANTE, visando manter o saldo suficiente e necessário para o cumprimento de suas obrigações trabalhistas e encargos previdenciários e sociais;

9.31 Firmar Termo de Ajuste do percentual de provisionamento, caso seja verificado por ocasião da conferência e conciliação da conta vinculada ao contrato, que o valor provisionado é insuficiente para o cumprimento das obrigações junto aos seus empregados.

9.32 Repor o saldo da conta vinculada ao contrato, bloqueada para movimentação, no prazo estabelecido no art. 9º do Decreto nº 15.219/2014, imediatamente após a confirmação de existência de determinação judicial de bloqueio e transferência de valores da conta vinculada ao contrato;

9.33 Dar início à execução dos serviços nos postos respectivos, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo;

9.34 Solicitar à Receita Federal do Brasil a exclusão do Simples Nacional no prazo previsto no art. 30, § 1º, II, da Lei Complementar nº 123/2006, na hipótese das empresas optantes que incorram na vedação do art. 17, XII da Lei Complementar nº 123/2006,

apresentando cópia do pedido de exclusão com comprovante de recebimento, como condição para recebimento da primeira fatura da prestação dos serviços.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O contratante, além de respeitar as disposições constantes no Regulamento de Licitações e Contrato dessa Companhia, obriga-se a:

10.1 Acompanhar a execução do contrato;

10.2 Exigir, visando à atualização periódica do cadastro, a apresentação pela CONTRATADA de documentos comprobatórios de mudança de endereços, telefones, composição societária, endereço dos sócios, contratos sociais e alterações;

10.3 Exigir, mensalmente, da CONTRATADA o comprovante de pagamento de salários, contribuições previdenciárias e recolhimentos de FGTS, para arquivamento e controle;

10.4 Enviar ofício aos órgãos federais encarregados da fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – SRTE, comunicando a celebração e/ou prorrogação do contrato administrativo de prestação de serviços;

10.5 Manter arquivo documental de todos os atos praticados desde a abertura da licitação até o término do contrato, inclusive os processos de reajustamento e revisão, bem como os dissídios, convenções ou acordos coletivos firmados;

10.6 Somente efetuar o pagamento da remuneração mensal devida à CONTRATADA após o acompanhamento e obtenção dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;

10.7 Fornecer à CONTRATADA os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;

10.8 Proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.

11. DOS PRAZOS

O prazo de vigência do contrato inicia-se da sua assinatura e será de 12 (doze) meses, dando-se este como encerrado com alcance da sua data final ou com a conclusão dos Processos Administrativos para contratação dos serviços que estarão a cargo da Coordenação de Serviços Compartilhados do CAB, que se encontram em tramitação na Secretaria de Administração do Estado da Bahia, o que ocorrer primeiro.

11.1 A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas;

11.2 A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada por meio de termo aditivo, devendo o pedido ser realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias antes do término do contrato;

11.3 Não será admitida a prorrogação do contrato que contemple valores dos Postos de Serviço superiores aos preços unitários máximos definidos pela SAEB;

11.4 As obrigações protraídas para além do termo final do contrato não induzem sua prorrogação, sendo o contrato considerado extinto, devendo a PRODEB prosseguir com as medidas necessárias à comprovação, pela CONTRATADA, do cumprimento de obrigações eventualmente remanescentes.

12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Conforme dispõe o inciso I, do artigo 201 do RLC dessa Companhia, o serviço a ser contratado será recebido obedecendo ao seguinte:

"... em se tratando de obras ou serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por empregado ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria, que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 173 desse Regulamento."

13. DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos relativos à prestação do serviço ocorrerão em 12 (doze) parcelas mensais e de igual valor, mediante apresentação de fatura a ser emitida pela CONTRATADA.

13.1 Os pagamentos ocorrerão de acordo com os prazos estabelecidos no Art. 10º do Regulamento de Licitações e Contratos dessa Companhia, de acordo com o valor dos serviços prestados, a saber:

13.1.1 Para valores até R\$ 50.000,00 o pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias;

13.1.2 Para valores de R\$ 50.000,00 até R\$ 100.000,00 o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias;

13.1.3 Para valores superiores a R\$ 100.000,00 o pagamento ocorrerá em até 45 (quarenta e cinco) dias.

13.2 Não haverá antecipação de valores ao prestador do serviço, tampouco, ocorrerão pagamentos em desacordo com o rito previsto nesse Item.

13.3 O pagamento somente será autorizado depois do devido atesto pelo fiscal do contrato designado nesse termo.

13.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, nos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, alguma circunstância que impeça a liquidação da despesa, a exemplo da ausência de regularidade fiscal, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

13.4.1 Nas hipóteses supracitadas, tal como, em outras que redundem em desconformidade com as condições exigidas no Instrumento Convocatório para a habilitação do fornecedor, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação ensejadora de sua suspensão, não acarretando qualquer ônus para a PRODEB.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação, ainda que parcial, do objeto desse Termo de Referência.

15. DO CONSORCIAMENTO

Não será permitida a participação de empresas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

A empresa vencedora do certame deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 162 do Regulamento de Licitações e Contratos da PRODEB, ficando esclarecido que a garantia

deverá ter seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato e renovada, quando for o caso, conforme previsto neste Termo de Referência.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, nos termos da Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

17.2 CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

17.3 A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

17.4 A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.5 A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual. **15.6** A CONTRATADA obriga-se a fornecer apenas a informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual. **15.7** A CONTRATADA fica obrigada a excluir ou devolver, a critério da contratante, todos os documentos, registros e

cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

17.8 À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.9 A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja mais necessidade de realizar seu tratamento.

17.10 A CONTRATADA deverá notificar imediatamente a CONTRATANTE em caso de vazamento ou perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.11 A notificação não eximirá A CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.12 A CONTRATADA que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

17.13 A CONTRATADA fica obrigada a manter preposto para comunicação com CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à Lei nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

17.14 O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre A CONTRATADA e a CONTRATANTE, bem como, entre A CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções

previstas na Lei nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

17.15 O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará A CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, conseqüente, sanção, sem prejuízo de outras penalidades.

18. DOS RISCOS

Esse Termo de Referência foi elaborado com base nos dados levantados e explicitados no documento denominado MAPA DE RISCOS, presente em Anexo nesse documento.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Serão aplicadas sanções administrativas ao licitante que cometer qualquer prática considerada ilícita conforme exposto no Capítulo V, Seção VII do RLC dessa Companhia, podendo incidir, em caso de descumprimento contratual, multas ou descontos, bem como, em casos mais graves, rescisão do mesmo.

20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Para a gestão e fiscalização do contrato será adotado o rito previsto no Capítulo V, Seção III, do RLC dessa Companhia, com a designação dos seguintes funcionários:

20.1 O Gestor do contrato decorrente dessa licitação será o Sr. Paulo José Barbosa dos Santos (Coordenador - COAMP) - Matrícula 65003001- 9 – Telefone: (71) 3115-7701;

20.2 O Fiscal do contrato decorrente dessa licitação será a Sr. Eduardo Azi de Aguiar (Consultor - COAMP) – Matrícula: 92000898 – Telefone: (71) 3115-7633;

20.3 O funcionário designado para servir de preposto junto ao contratado será o Sr. Jailton Gregório Nascimento (Assistente - COAMP) – Matrícula: 65001257- 5 – Telefone: (71) 3115-5709.

20.4 Fica reservado à Fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissivo, não previsto no contrato, nas Especificações, nas Leis, nas Normas, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione direta ou indiretamente com o objeto desse Termo.

21. DO ORÇAMENTO

A despesa decorrente dessa contratação está prevista no Orçamento 2022 dessa Companhia, conforme informações a seguir:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – COAMP

CONTA – 511103060005

DESCRIÇÃO – SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREDIAL POR POSTO

ITEM – 1.7.3.22

22. DO VALOR REFERENCIAL

ITEM	SIMPAS – RELATÓRIO “PESQUISA VALOR REFERENCIAL E ÚLTIMA COMPRA”	QUANTIDADE (POSTOS)	PERÍODO (MESES)	VALOR*	
				MENSAL R\$	ANUAL R\$
MANUTENÇÃO DE PRÉDIO E ÁREA PÚBLICA. POSTO DE ARTÍFICE. 44 HORAS SEMANAIS	4.503,38	03	12	13.510,14	“A” 162.121,68
MANUTENÇÃO DE PRÉDIO E ÁREA PÚBLICA. Posto de ASG I, 44 Horas Semanais	3.061,65	03	12	9.184,95	“B” 110.219,40

VALOR REFERENCIAL DA LICITAÇÃO (A + B) R\$ 272.341,08

1. Os valores constantes na coluna "MENSAL" do quadro acima, informam o valor unitário dos postos, multiplicado pelo quantitativo a ser contratado.
2. Na coluna "TOTAL", temos o valor constante na coluna "MENSAL" multiplicado pelo período da contratação. A soma dos valores desta última corresponde ao Valor Referencial da Licitação.
3. Os relatórios extralidos do Sistema SIMPAS que embasam o valor referencial desta licitação, e que constam nos autos, venceram em 24/09/2021. Assim, tentamos encontrar novos valores referenciais vigentes para os postos, sem sucesso, no SIMPAS. Desse modo, conforme cópia de e-mail trazida à colação, pedimos orientações à Coordenação de Serviços Terceirizados da SAEB, que, em resposta, manteve os preços originalmente encontrados e dispostos no quadro acima.
4. Conforme redação do subitem 7.2 deste Documento, para evitar lances com variação insignificante, na licitação deverá ser observada a diferença mínima de R\$ 200,00 (duzentos reais) entre as ofertas, procedimento também conhecido como "degrau de valor", que há de incidir tanto entre os lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Salvador, Março de 2022.

Paulo José Barbosa dos Santos
COAMP

Geraldo Paim
GFA

José Muniz Rebouças
DE

ANEXO – MATRIZ DE RISCOS

Objeto de Aquisição:		Serviços de Manutenção Predial (12 meses).									
Identificação do Risco					Avaliação dos Riscos Probabilidade x Impacto				Planejamento de Resposta aos Riscos		
Código do Risco	Descrição do Risco	Consequências	Data (identificação)	Quem identificou o risco	Probabilidade de Ocorrência	Impacto do Risco	Valor	Nível do Risco Classificação	Estratégia de resposta	Ações/Resposta	Responsabilidade
1	Descumprimento de Leis Trabalhistas pela Contratada	Litossório em Ação Judicial Trabalhista	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Média	Moderado	9,00	Médio	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto nas cláusulas 9ª, 10ª, 13ª, 16ª e 19ª do TR.	Contratada
2	Falta ou atraso de pagamento de transporte e alimentação aos funcionários pela contratada	Interrupção dos serviços por falta de pagamento de transporte aos funcionários	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Média	Moderado	9,00	Médio	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª e 13ª do TR.	Contratada
3	Acidentes de Trabalho na sede da Cia	Ação Judicial de Reparação	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Muito Baixa	Grande	4,00	Baixo	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª e 16ª do TR.	Contratada
4	Ausência, falta de pontualidade e assiduidade por parte dos empregados contratados	Interrupção dos serviços, entrega com baixa qualidade	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Baixa	Moderado	6,00	Médio	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª do TR.	Contratada
5	Danos ou prejuízos causados à contratante e/ou a terceiros, por dolo ou culpa, eros, imperícia imprópria ou de auxiliares	Prejuízos para a contratante	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Muito Baixa	Moderado	3,00	Baixo	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª do TR.	Contratada
6	Quantitativo de profissionais insuficiente para garantir o pleno funcionamento	Interrupção dos serviços, entrega com baixa qualidade	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Baixa	Moderado	6,00	Médio	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª e 10ª do TR.	Contratante
7	Insuficiência de saldo na conta vinculada	Redução das provisões em caso de eventual inadimplência por parte da contratada	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Baixa	Pequeno	4,00	Baixo	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª e 10ª do TR.	Contratante

ANEXO II - PROPOSTA

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS.

Contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviço de Manutenção de Prédio e Área Pública, com Disponibilização de Postos de Artífice e Auxiliar de Serviços Gerais I, conforme descrição, quantitativo, especificações e anexos constantes no Termo de Referência.

REMUNERAÇÃO		
DESCRIÇÃO DO POSTO	Artífice	
SALÁRIO MÊS R\$	1.899,41	
ADIC. DE INSALUBRIDADE 40%	0,00	
ADIC. DE INSALUBRIDADE 20%	0,00	
ADIC. NOTURNO 20%	0,00	
HORA NOTURNA REDUZIDA	0,00	
ADC. EXTRA JORNADA 50%	0,00	
I - TOTAL DA REMUNERAÇÃO	1.899,41	
GRUPO "A"		
Descrição	Percentual	Valor
01 - FGTS	3,00%	147,15
02 - INSS	20,00%	967,88
03 - TERCEIROS (SES/SEBRAE/SESC/INCRA/SAL. EDUCAÇÃO/SEMA)	5,80%	108,69
04 - SAT/INSS - Seguro Acidente do Trabalho	3,00%	55,13
II - Total Grupo "A"	36,80%	678,80
GRUPO "B"		
Descrição	Percentual	Valor
05 - 13º SALÁRIO	9,87%	172,85
06 - FÉRIAS + 1/3 DE FÉRIAS	12,49%	229,74
07 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,06%	1,10
08 - AUXÍLIO DOENÇA	2,87%	52,79
09 - ACIDENTE DE TRABALHO	0,33%	6,07
10 - FALTAS LEGAIS	0,54%	9,93
11 - TREINAMENTO	0,34%	6,25
12 - LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE	0,02%	0,37
III - Total Grupo "B"	26,02%	478,61
GRUPO "C"		
Descrição	Percentual	Valor
13 - AVISO PRÉVIO INDENIZADO	4,66%	85,72
14 - FGTS S/ AVISO PRÉVIO	0,28%	5,15
15 - REFLEXOS NO AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,70%	12,88
16 - FGTS INDENIZAÇÕES S/ JUSTA CAUSA (INCLUI O FGTS S/ O AVISO PRÉVIO)	3,89%	72,99
17 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 10% S/ FGTS	0,88%	16,09
18 - INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,09%	1,66
IV - Total GRUPO "C"	10,64%	196,71
19 - GRUPO "D" - INCIDÊNCIA DO GRUPO "A" SOBRE O GRUPO "B"	9,57%	176,00
20 - INCIDÊNCIA SOBRE SAL. MATERNIDADE	0,46%	8,46
V - Total GRUPO "D" - Grupo "A" sobre o Grupo "B"	10,03%	184,46
TOTAL GRUPOS "A", "B", "C" e "D"	63,49%	1.636,69
TOTAL REMUNERAÇÃO + ENCARGOS		3.375,10
GRUPO "E" INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA		
DESCRIÇÃO		
UNIFORME/EPI	20,00	
EXAME MÉDICO	5,00	
TRANSPORTE	83,24	
ALIMENTAÇÃO	230,56	
ASSISTÊNCIA MÉDICA	122,19	
SEGURO DE VIDA	3,81	
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA	11,11	
MATERIAIS LIMPEZA	0,00	
EQUIPAMENTOS(DEPRECIACÃO)	50,00	
VII - TOTAL GRUPO "E" - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA	626,91	

GRUPO F - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E LUCRO		
Descrição	Percentual	Valor
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,10%	3,90
LUCRO	0,10%	3,90
VIII - Total GRUPO F - TAXA DE ADM. E LUCRO	0,20%	7,79
IX - TOTAL DE VI a VIII		3.908,80
Descrição	Percentual	Valor
TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO		
ISS	5,00%	218,96
PIS	0,65%	27,81
COFINS	3,00%	198,37
XI - Total Grupo G - Tributos	8,65%	470,14
XII - VALOR TOTAL UNITÁRIO		4.278,98



LIMPSERV CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE IMÓVEIS EIRELI
 CNPJ Nº 11.872.408/0001-00
 Raísa de Sacramento Santos
 Representante

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS.

Contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviço de Manutenção de Prédio e Área Pública, com Disponibilização de Pontão de Artífice e Auxiliar de Serviços Gerais I, conforme descrições quantitativas, especificações e anexos constantes no Termo de Referência.

REMUNERAÇÃO			Aux. Serviços Gerais I
DESCRIÇÃO DO POSTO			
SALÁRIO MÊS R\$			1.212,08
ADIC. DE INSALUBRIDADE	40%		0,00
ADIC. DE INSALUBRIDADE	20%		0,00
ADIC. NOTURNO	20%		0,00
HORA NOTURNA REDUZIDA			0,00
ADC. EXTRA JORNADA	50%		0,00
I - TOTAL DA REMUNERAÇÃO			1.212,08
GRUPO "A"			
Descrição	Percentual	Valor	
01 - FGTS	3,00%	36,36	
02 - INSS	20,00%	242,41	
03 - TERCEIROS (SES/SEBRAE/SESC/INCRA/SAL. EDUCAÇÃO/SEMA)	5,80%	70,50	
04 - SAT/ISS - Seguro Acidente do Trabalho	3,00%	36,36	
II - Total Grupo "A"	31,80%	446,03	
GRUPO "B"			
Descrição	Percentual	Valor	
05 - 13º SALÁRIO	9,87%	119,57	
06 - FÉRIAS + 1/3 DE FÉRIAS	12,49%	151,38	
07 - AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,06%	0,75	
08 - AUXÍLIO DOENÇA	2,87%	34,79	
09 - ACIDENTE DE TRABALHO	0,33%	4,00	
10 - FALTAS LEGAIS	0,64%	7,84	
11 - TREINAMENTO	0,34%	4,12	
12 - LICENÇA MATERNIDADE/PATERNIDADE	0,02%	0,24	
III - Total Grupo "B"	26,02%	316,37	
GRUPO "C"			
Descrição	Percentual	Valor	
13 - AVISO PRÉVIO IDENTIFICADO	4,66%	56,48	
14 - FGTS S/ AVISO PRÉVIO	0,28%	3,39	
15 - REFLEXOS NO AVISO PRÉVIO INDENIZADO	0,70%	8,48	
16 - FGTS INDENIZAÇÕES S/ JUSTA CAUSA (INCLUI O FGTS S/ O AVISO PRÉVIO)	3,89%	47,63	
17 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL 10% S/ FGTS	0,88%	10,88	
18 - INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,09%	1,09	
IV - Total GRUPO "C"	10,64%	128,96	
19 - GRUPO "D" - INCIDÊNCIA DO GRUPO "A" SOBRE O GRUPO "B"	9,67%	116,99	
20 - INCIDÊNCIA SOBRE SAL. MATERNIDADE	0,46%	5,58	
V - Total GRUPO "D" - Grupo "A" sobre o Grupo "B"	10,08%	121,56	
TOTAL GRUPOS "A", "B", "C" e "D"	83,49%	1.011,92	
TOTAL REMUNERAÇÃO + ENCARGOS			2.225,95
GRUPO "E" INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA			
DESCRIÇÃO			
UNIFORME/EPI		20,00	
EXAME MÉDICO		5,00	
TRANSPORTE		120,88	
ALIMENTAÇÃO		230,66	
ASSISTÊNCIA MÉDICA		122,19	
SEGURO DE VIDA		3,81	
ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA		11,11	
MATERIAIS LIMPEZA		0,00	
EQUIPAMENTOS(DEPRECIÇÃO)		0,00	
VII - TOTAL GRUPO "E" - INSUMOS DE MÃO-DE-OBRA		613,66	

GRUPO F - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO E LUCRO		
Descrição	Percentual	Valor
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	0,10%	2,74
LUCRO	0,10%	2,74
VIII - Total GRUPO F - TAXA DE ADM. E LUCRO	0,20%	5,48
IX - TOTAL DE VI a VIII		2.742,96
Descrição	Percentual	Valor
TRIBUTAÇÃO - LUCRO PRESUMIDO		
ISS	5,00%	137,15
PIS	0,65%	17,85
COFINS	3,00%	82,28
XI - Total Grupo G - Tributos	8,65%	237,28
XII - VALOR TOTAL UNITÁRIO		3.002,70



LIMPSERV CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE IMÓVEIS EIRELI
 CNPJ Nº 11.872.408/0001-00
 Ratiela Sacramento Santos
 Representante

Salvador, 14 de abril de 2022

A

PRODEB - CIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA BAHIA

Coordenação de Serviços Administrativos

Lista

Sra. THAIS SPINOLA DE CARVALHO VARELA

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO BB Nº 928407


Nº 004/2022

Contratação de empresa especializada para a Prestação de Serviço de Manutenção de Predio e Área Pública, com Disponibilização de Postos de Artífice e Auxiliar de Serviços Gerais I, conforme descrições, quantitativos, especificações e anexos constantes no Termo de Referência.

VALIDADE DA PROPOSTA 80 DIAS.

PLANILHA CCT SEAC X SINTRAL 2022

Item	Função	Carga Horária	Quant.	Valor Unitário(Valor Homem)	Valor Total Mensal
1	Artífice	44 horas	8	4.278,98	12.886,79
2	Aux. de Serviços Gerais I	44 horas	8	8.002,70	9.008,10
Valor Total Mensal					21.844,89
Valor Total Global para 12 meses					262.188,68


LIMPSERV CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE IMÓVEIS EIRELI
CNPJ Nº 11.872.408/0001-00
Rafaela Sacramento Santos
Representante


PLANILHA DE PROVISIONAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2022

POSTOS DE SERVIÇO	ANEXO ÚNICO								
	1. Execução Licitação			2. Lançamento Planilha Fornecedores			3. Provisão		
Família	(1.a) Preços unitários vencedoras da licitação	(1.b) Quantitativo Licitação	(1.c) Valor Licitação (1.a * 1.b)	(2.a) Total Montante A (salário + adicionais + encargos sociais)	(2.b) Encargo Social	Diferença (2.a - 2.b)	(2.c) Cálculo provisionam ento (diferença) x 20,80%	(3.a) Valor provisionamento posto - (2.c+1.b)	(3.b) % provisõ futuraç (Total 3.a/Total 1.c) *100
	20,80%								
Tipos de Postos de Serviço									
Artific	4.278,88	8	34.231,04	3.875,10	1.895,88	1.589,41	545,14	1.844,48	12,49
Aux. de Servico Gerat I	8.006,70	8	64.053,60	2.228,85	1.011,92	1.212,05	861,18	1.083,55	
			21.844,89					2.727,99	

Valor total mensal = 21.844,89
 Obs: O ajuste poderá ser adequado a cada termo aditivo (em caso de qualquer alteração dos preços unitários)

- 1. Alteração quantitativo
- 2. Revisão
- 3. Reajuste
- 4. Alteração de insumos
- 5. Alteração de tributos
- 6. Alteração de encargos sociais
- 7. Alteração qualitativa


LIMPESERV CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE IMÓVEIS EIRELI
 CNPJ Nº 11.672.408/0001-00
 Rafaela Sacramento Santos
 Representante

Para todos os casos, é apresentada nova planilha com todos os campos acima mencionados:

1. em caso de alteração de quantitativo somente a coluna de "quantitativo - b" é liberada para preenchimento, vinculando o resultado ao aditivo e ser gerado pelo sistema. Todo o ajuste reflete no preço final de faturamento e de provisionamento

2. em caso de revisão, em função de custos adicionais, são liberadas as colunas "preço unitário - d" (para atualização dos preços unitários), "montante A - e" e "encargos sociais - h", para que seja aplicado o percentual de variação de " taxa remuneração" da categoria publicada em Portaria SACII específica. O que vai refletir no valor de fatura e de provisionamento.

3. em caso de reajuste, é liberada a coluna "preço unitário - d" (para atualização dos preços unitários) e consequentemente o valor de fatura é alterado.

4. em caso de alteração de insumos é liberada a coluna "preço unitário - d" (para atualização dos preços unitários) e consequentemente o valor de fatura é alterado.

5. em caso de alteração de tributos, é liberada a coluna "preço unitário - d" (para atualização dos preços unitários) e consequentemente o valor de fatura é alterado.

6. em caso de alteração de encargos sociais, é liberada a coluna "preço unitário - d" (para atualização dos preços unitários) e consequentemente o valor de fatura é alterado. Além de atualização dos valores das colunas "montante A - e" e "Encargos sociais - h", que refletirá em todas as outras colunas subsequentes.

ANEXO III - MATRIZ DE RISCOS

ANEXO – MATRIZ DE RISCOS

Objeto de Aquisição:		Serviços de Manutenção Predial (12 meses).									
Identificação do Risco					Avaliação dos Riscos Probabilidade x Impacto				Planejamento de Resposta aos Riscos		
Código do Risco	Descrição do Risco	Consequências	Data (identificação)	Quem identificou o risco	Probabilidade de Ocorrência	Impacto do Risco	Valor	Nível do Risco Classificação	Estratégia de resposta	Ações/Resposta	Responsabilidade
1	Descumprimento de Leis Trabalhistas pela Contratada	Litossócio em Ação Judicial Trabalhista	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Média	Moderado	9,00	Médio	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto nas cláusulas 9ª, 10ª, 13ª, 16ª e 19ª do TR.	Contratada
2	Falta ou atraso de pagamento de transporte e alimentação aos funcionários pela contratada	Interrupção dos serviços por falta de pagamento de transporte aos funcionários	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Média	Moderado	9,00	Médio	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª e 13ª do TR.	Contratada
3	Acidentes de Trabalho na sede da Cia	Ação Judicial de Reparação	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Muito Baixa	Grande	4,00	Baixo	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª e 16ª do TR.	Contratada
4	Ausência, falta de pontualidade e assiduidade por parte dos empregados contratados	Interrupção dos serviços, entrega com baixa qualidade	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Baixa	Moderado	6,00	Médio	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª do TR.	Contratada
5	Danos ou prejuízos causados à contratante e/ou a terceiros, por dolo ou culpa, eros, imperícia imprópria ou de auxiliares	Prejuízos para a contratante	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Muito Baixa	Moderado	3,00	Baixo	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª do TR.	Contratada
6	Quantitativo de profissionais insuficiente para garantir o pleno funcionamento	Interrupção dos serviços, entrega com baixa qualidade	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Baixa	Moderado	6,00	Médio	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª e 10ª do TR.	Contratante
7	Insuficiência de saldo na conta vinculada	Redução das provisões em caso de eventual inadimplência por parte da contratada	13/12/2021	Eduardo Aguiar	Baixa	Pequeno	4,00	Baixo	Reduzir	Risco reduzido pelo disposto na cláusula 9ª e 10ª do TR.	Contratante

ANEXO IV - TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

TERMO DE COMPROMISSO, SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

Os abaixo-assinados, de um lado a **COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA - PRODEB**, CNPJ nº 13.579.586/0001-32, situada na cidade de SALVADOR, à AVENIDA QUATRO, Nº 410 – CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de **LIMPERSERV CONSERVACAO E LIMPEZA DE IMOVEIS EIRELI**, CNPJ nº 11.372.408/0001-00, situada na , Rua Leopoldo Miguez, nº 24, Terreo, sala 01, Stiep, Salvador /Bahia - CEP.: 41.770-660, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justa e acertada, a celebração do presente TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE, através do qual a **CONTRATADA** aceita não divulgar sem autorização prévia e formal segredos e informações sensíveis de propriedade da **CONTRATANTE** e se compromete a praticar procedimentos de segurança da informação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições:

PRIMEIRA – A **CONTRATADA** reconhece que em razão das suas atividades profissionais, estabelece contato com informações sigilosas, que devem ser entendidas como segredo. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios Colaboradores da **CONTRATADA**, sem a expressa e escrita autorização da **CONTRATANTE**.

SEGUNDA - As informações a serem tratadas confidencialmente são aquelas assim consideradas no âmbito da Prodeb, transmitidas por meios escritos, eletrônicos, verbais ou quaisquer outros, e que, por sua natureza, não são ou não deveriam ser compartilhadas com terceiros, tais como:

1. Toda informação relacionada a computador e componentes de software em geral, programas existentes (código fonte/código objeto), ou em fase de desenvolvimento no âmbito da empresa, inclusive fluxogramas, listagens, documentação, estatísticas, especificações, avaliações, resultado de testes, arquivo de dados e versões “beta” de quaisquer programas e rotinas;
2. Documentos, informações e dados armazenados de atuação consultiva e contenciosa, de estratégias ou demais dados e/ou informações de caráter sigiloso ou restrito;
3. Informações e documentos relativos às estratégias de marketing, de negócios, de clientes e os seus respectivos dados, pesquisas de mercado, armazenados sob qualquer forma;
4. Informações de projetos, metodologias, ferramentas de desenvolvimento de aplicativos e serviços desenvolvidos pela Prodeb;

5. Números e valores financeiros da empresa tais como: inadimplência, relação de salários, fluxo de caixa, informações de custos, dentre outros;
6. Informações referentes a dados pessoais e/ou dados pessoais sensíveis.

TERCEIRA – A CONTRATADA reconhece que a lista acima é meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou que venham a surgir no futuro devem ser mantidas sob sigilo. Em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação a CONTRATADA deve tratar a mesma sob sigilo até que seja autorizado, formalmente, a tratá-la de forma diferente pela CONTRATANTE. Em hipótese alguma a CONTRATADA deve interpretar o silêncio da Empresa como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

QUARTA - A CONTRATADA está ciente de que o serviço de correio eletrônico corporativo, caso seja fornecido pela CONTRATANTE para o exercício das atividades, é exclusivo para assuntos pertinentes ao objeto do contrato e reconhece que a CONTRATANTE tem pleno acesso à essas contas corporativas para quaisquer fins, tais como: auditoria, encaminhamento de assuntos pendentes, configuração de resposta automática, redirecionamento e recuperação de e-mails.

QUINTA – A CONTRATADA reconhece que, ao término do presente contrato 21/088-01, deverá entregar à CONTRATANTE todo e qualquer material de propriedade desta, inclusive notas pessoais envolvendo matérias sigilosas relacionadas com a CONTRATANTE, registros de documentos de qualquer natureza que tenham sido usados, criados ou estado sob seu controle. A CONTRATADA também assume o compromisso de não utilizar qualquer informação adquirida quando de suas atividades para a CONTRATANTE.

SEXTA – A CONTRATADA deve assegurar que todos os seus colaboradores guardarão sigilo sobre as informações que porventura tiverem acesso, e que os mesmos se comprometem a informar imediatamente ao seu superior hierárquico, qualquer violação das regras de sigilo, por parte dele ou de qualquer pessoa, inclusive nos casos de violação não intencional.

Parágrafo Primeiro: A coleta dos Termos de Sigilo de seus colaboradores não exime a CONTRATADA das penalidades por violação das regras por parte de seus contratados.

Parágrafo Segundo: A CONTRATADA deverá fornecer cópia de todos os termos firmados com seus colaboradores à CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias após assinatura dos respectivos termos.

Parágrafo Terceiro: Sempre que um colaborador for admitido, A CONTRATADA deverá fornecer cópia dos novos termos firmados no prazo de 2 (dois) dias após assinatura dos respectivos termos.

SÉTIMA - O atendimento deste Termo de Sigilo e Confidencialidade bem como da das Diretrizes Básicas da Política de Segurança da Informação devem ser incorporados formalmente ao contrato de trabalho dos funcionários da CONTRATADA que prestarem serviços à CONTRATANTE.

OITAVA – A CONTRATADA deverá seguir a Política de Segurança da Informação definida pela CONTRATANTE.

NONA - A CONTRATADA declara, por fim, que as obrigações a que alude este Termo perdurarão após o término do contrato 21/088-01, e abrangem, além das informações de que venha a tomar conhecimento, aquelas que já possui na presente data.

DÉCIMA - O não cumprimento de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará em responsabilização civil e criminal, de acordo com a legislação vigente.

Em, ____ de ____ de 20 ____.

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DA BAHIA

LIMPSEV CONSERVACAO E LIMPEZA DE IMOVEIS EIRELI

ANEXO V - TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

ANEXO VI - GARANTIA



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Roberto Lopes da Silva, Representante Legal da Empresa**, em 18/07/2022, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Makoto Koshima, Diretor**, em 18/07/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Muniz Reboucas, Diretor Executivo**, em 19/07/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00050571614** e o código CRC **50F7EB53**.